1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n. º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,95%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Em seguida, alguns indicadores do 2º trimestre de 2023, comparados com os indicadores do 2º trimestre de 2022.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	**UNID/REF**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**VARIAÇÃO % 2023/2022**
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,00531	0,02270	-76,63%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	31,02	45,04	-31,14%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/<30%	64,88	25,66	152,79%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	2,91	2,84	2,28%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	1,56	0,73	113,61%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	%/>30%	21,84	21,36	2,24%

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediantes as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Com base nos relatórios do setor de cobrança da Coordenadoria Financeira, utilizando os parâmetros da Lei 9.430/96 (at.9º) e Lei 13.097/2015, foi constituída a provisão de perdas estimadas no valor de R$ 283 (mil). **Vide Nota Explicativa 5**.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (Impairment). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – redução ao valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.

g) Intangível

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

h) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se das taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes, no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/2023	31/12/2022
Caixa/Bancos	161	186
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	51.376	39.259
Total	**51.537**	**39.445**

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 30/06/2023, R$ 4.796 (mil) são recursos provenientes da União, registrados no Banco do Brasil- agência 08-6- c/c 26.003-7 (Conta corrente e Aplicação).

5. CLIENTES

CLIENTES	30/06/2023	31/12/2022
Contas a Receber de Usuários	7.785	8.546
Engemon	32	32
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	0	9
JP Consultoria e Serivços Portuários EIRELI	0	36
BM Fortaleza Reparos de Containers Ltda	11	0
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-1.937	-1.695
Total	**5.891**	**6.928**

No que se refere aos Clientes, houve decréscimo no Contas a Receber de usuários no valor R$ 761 (mil), devido ao trabalho realizado de cobranças e negociações de débitos com clientes, bem como as baixas de duplicatas incobráveis, no montante de R$ 586 (mil), apontadas no Processo SEI nº 50900.000936/2022-89, conforme Comunicado SEI nº 25/2023/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC de 24/04/2023.

No que tange à constituição da provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa existente, houve um aumento na provisão, no valor de R$ 283 (mil) no trimestre, conforme relatório do setor de contas a receber.

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos de Salários	32	33
Empréstimos de Férias	99	107
Adiantamentos de Férias	201	311
Adiantamentos de 13º Salário	351	68
Adto Gratificação Natalina-Diretores	23	0
Total	**706**	**519**

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

ADIANTAMENTOS A EMPRESAS	30/06/2023	31/12/2022
AD –Somos Capital Humano Serv.Locação	82	82
AD WN Serviços de vigilância Armada	259	259
Total	**341**	**341**

No 2º trimestre de 2023, não houve alteração.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, bem como por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR s/ aplicações financeiras e resgates de depósitos judiciais, retenções s/ serviços prestados e recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social. Segue a discriminação:

TRIBUTOS A RECUPERAR	30/06/2023	31/12/2022
IRPJ Estimativas	465	0
CSLL Estimativas	422	0
IRPJ Retido –Lei 10.833	344	963
IRRF S/Rendimentos Financeiros	543	735
IRRF S/Outras Retenções	5	7
CSLL Retida – Lei 10.833	71	201
Total	**1.850**	**1.906**

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) **Depósitos Judiciais**

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhistas Recursais	530	599
Depósitos Consignações	321	321
Total	**851**	**920**

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, de Reclamações Trabalhistas e da União Federal contra Companhia Docas. No 2º trim/2023, foi resgatado o montante de R$ 111 (mil) de ação trabalhista em favor da companhia, referente aos depósitos judiciais oriundos de recursos impetrados. Houve, também, o incremento de R$ 139 (mil), proveniente de seis novos depósitos recursais.

b) **Clientes**

CLIENTES - LONGO PRAZO	30/06/2023	31/12/2022
Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 -IPEM	707	707
Tergran (Arrendamento Leilão Muc)	750	750
Total	**1.457**	**1.457**

Não houve alteração no 2º trimestre de 2023.

c) **Créditos a receber**

CREDITOS A RECEBER	30/06/2023	31/12/2022
Crédito IPTU Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	6.370	6.370
Crédito ISS Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100	80.041	80.041
Total	**86.411**	**86.411**

Não houve alteração no 2º trimestre de 2023.

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

INVESTIMENTOS	30/06/2023	31/12/2022
BNDES	4	4
FINOR - Banco do Nordeste	24	23
Total	**28**	**27**

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

IMOBILIZADO	30/06/2023	31/12/2022
Bens Móveis	15.447	14.848
Bens Imóveis	152.022	150.924
Imobilizado em Andamento	1.489	1.272
Imobilizado TMP	238.836	238.836
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Redução ao Valor Recuperável	-12	-12
Depreciação Acumulada	-143.536	-136.141
Total	**265.733**	**271.215**

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas foram registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

BENS IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada- Anos
Edificações	4%	25
Máquinas, Móveis, aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 2022 foi contratada a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda.- EPP, para emitir Laudo de Avaliação e Teste de Recuperabildade de Ativos (*Impairment*) dos Bens da Companhia.

Após conclusão dos trabalhos, o Parecer da empresa contratada foi que, o laudo tem validade para a data de referência inicialmente informada e, por se tratar de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), não há previsibilidade, para o exercício em questão (2022), de qualquer ajuste contábil (*Impairment Test*) visto que os valores calculados nas Avaliações (VNR e VMU)[1] estão superiores aos

[1] VNR – Valor à Novo de Reposição – VMU – Valor de Mercado em Uso

Valor contabilizados (VOC e RES)[2]. A avaliação realizada foi positiva em R$ 149.238 (mil), conforme relatórios emitidos.

No 2º trimestre de 2023, destaca-se as seguintes movimentações:

- Aquisição de 4 cancelas automáticas no valor de R$ 398 (mil);

- Aquisição de materiais para defensas no valor de R$ 940 (mil), demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:

QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES

Descrição	Custo de Aquisição 31/03/2023	Adições	Baixas	Baixa Deprec.Bens Leilão	Depreciação 2º Trim/2023	Depreciação Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	IMOBILIZADO LÍQUIDO 30/06/2023
Edificações	14.306	0	0	0	-110	-8.247	0	5.949
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-194	-3.401	0	20.429
Cais e Anexos Fixos	64.903	940	0	0	-575	-40.405	0	24.863
Móveis e Utensílios	662	10	0	0	-2	-606	0	64
Máquinas e equip.	9.768	0	0	0	-244	-6.163	0	3.361
Equip; de Informática	987	4	0	0	-4	-938	0	49
Veículos	145	0	0	0	-7	-136	0	2
Pier Petroleiro	12.536	0	0	0	-102	-7.109	0	5.325
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	1.566	0	0	0	-78	-987	0	501
Sistema de Gravação OCR	590	0	0	0	-29	-433	0	128
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	16.815	0	0	0	-182	-12.211	0	4.422
Imobilizado TMP	238.836	0	0	0	-2.485	-62.900	0	173.451
Imob.em andam.	1.410	79	0	0	0	0	0	1.489
Redução ao Valor Recuperável	-12	0	0	0	0	0	0	-12
(-)Depreciação fiscal	0	0	0	0	396	10.371	0	10.767
Outras imobilizações	21.148	552	0	0	-89	-6.666	0	14.945
Total	**407.684**	**1.585**	**0**	**0**	**-3.705**	**-139.831**	**0**	**265.733**

No que tange à depreciação, no 2º trimestre de 2023, resultou em R$ 3.705 (mil), sendo R$ 4.101 (mil) de despesas de depreciação e R$ 396 (mil) de ajuste devedor da depreciação (RTT).

[2] VOC – Valor Original Contábil – RES – Valor Residual

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 2º trimestre de 2023, foi R$ 58 (mil).

INTANGÍVEL	30/06/2023	31/12/2022
Intangível	8.022	7.810
Amortização	-7.566	-7.458
Redução ao Valor Recuperável	-1	-2
Total	**455**	**350**

No 2º trimestre de 2023 foi adquirido o software para acionamento de cancelas e análise de imagens no valor de R$ 212 (mil).

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC.

FORNECEDORES	30/06/2023	31/12/2022
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	1.246	398
Total	**1.246**	**398**

No 2º trimestre de 2023, evidenciam-se os maiores saldos de R$ 170 (mil) Criart Serviços de Terceirização, de R$ 280 (mil) Nuctech do Brasil Ltda. e de R$ 466 (mil) Coelce, cujo os pagamentos serão realizados em 07/2023.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	30/06/2023	31/12/2022
Salários a pagar	27	39
Rescisões a pagar	58	2
Reclamações Trabalhistas	3.410	2.639
Total	**3.495**	**2.680**

Os valores de salários a pagar e rescisões a pagar, referentes à competência de junho/2023, serão pagos no mês subsequente. O saldo de R$ 3.410 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. (**Vide Nota Explicativa 21.c).**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, em junho de 2023, apresentaram os seguintes valores:

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	30/06/2023	31/12/2022
INSS a Recolher	412	416
FGTS a Recolher	92	162
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	366	550
PIS a Recolher	78	118
ISS Retido na Fonte	44	67
Impostos a Recolher - INSRF 480/04	320	316
PORTUS Patronal	0	39
INSS Retido S/Serviços Tomados	63	121
PORTUS Contribuição Extraordinária	0	68
Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal-PRLF	4.443	0
Total	**5.818**	**1.857**

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional publicou a Portaria Conjunta PGFN/RFBnº 01, de 12 de janeiro de 2023, instituindo o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRLF, estabelecendo condições para transação excepcional na cobrança de dívida em contencioso administrativo tributário no âmbito da Delegacia da Receita Federal de Julgamento-DRJ, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da união, cuja adesão deveria ser até 31/03/2023, prorrogado pela primeira vez, para o dia 31/05/2023, ocorrendo a segunda prorrogação para o dia 31/07/2023 e posteriormente prorrogado para o dia 28/12/2023, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 28 de julho de 2023, possibilitando a inclusão de novos débitos.

A Assessoria Jurídica da Companhia Docas do Ceará, por meio do Comunicado nº 23/2023/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, solicitou autorização da Diretoria Executiva da CDC para inclusão dos débitos indicados pela Receita Federal, cujo valor total somou R$ 31.495 (mil), tido a oportunidade de liquidá-las, com os benefícios trazidos pelo Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal-PRLF. A Diretoria Executiva da Companhia Docas do Ceará, em sua 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/03/2023, com base no Comunicado CODJUR, SEI nº 023/2023, decidiu autorizar a inclusão dos débitos da CDC no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), conforme decisão DIREXE-CDC nº 34/2023/DIREXE, processo SEI 50900.000386/2023-89 de 17/03/2023.

Com a prorrogação do prazo para adesão, a CODJUR, por meio do comunicado CODJUR, SEI nº 40/2023 de 31/05/2023, solicitou inclusão de novo débito no valor de R$ 830 (mil), alterando o valor total dos débitos para R$ 32.325 (mil). A Diretoria Executiva da Companhia Docas do Ceará, na 2423ª Reunião Ordinária, realizada em 31/05/2023 aprovou a inclusão do novo débito, por meio da Decisão DIREXE-CDC nº 74/2023/DIREXE, Processo SEI nº 50900.000386/2023-89.

Salienta-se que, após utilização das benesses do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal-PRLF, nosso débito de R$ 32.325 (mil) ficou em R$ 7.998 (mil), parcelados em 9 (nove) vezes de R$ 889 (mil), total pago até 30/06/2023 3.555, restando a pagar R$ 4.443 (mil).

15.a. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

O Imposto de Renda Pessoa Juridica e a Contribuição Social sobre Lucro Liquido diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4).

O PIS e a COFINS são reconhecidos sobre as receitas de atualização das diferenças temporárias referente ao Processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100 (Vide Nota Explicatica 9.c).

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO **IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS**	**30/06/2023**	**31/12/2022**
IRPJ Diferido	13.194	13.194
CSLL Diferido	4.750	4.750
PIS Diferido	280	280
COFINS Diferido	1.723	1.723
Total	**19.947**	**19.947**

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

16. PORTUS - RTSA

CURTO PRAZO	30/06/2023	31/12/2022
Portus - IRTS	630	630

LONGO PRAZO	30/06/2023	31/12/2022
Portus - IRTS	1.359	1.612
TOTAL	**1.989**	**2.242**

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão pela qual estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar. A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a.a mais INPC e sem existência de garantia.

17. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

A CDC firmou em 22 de novembro de 1979, convênio de adesão junto ao PORTUS, a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, administrado pela referida entidade. Este foi estruturado na modalidade de Benefício Definido e foi instituído pela extinta PORTOBRÁS. Já era multipatrocinado por empresas, na grande maioria, de origem pública.

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdencial própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

17.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião em que o valor atualizado alcançou o montante de R$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em junho/2023, encontra-se evidenciado a seguir:

CURTO PRAZO	**30/06/2023**	**31/12/2022**
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	1.769	1.682

LONGO PRAZO	**30/06/2023**	**31/12/2022**
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	25.388	25.581
TOTAL	**27.157**	**27.263**

17.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Para o 2º. trimestre de 2023, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa Rodarte Nogueira-Consultoria e Estatística e Atuária, RN/CDC 003/2023, linha E11, apresentou déficit atuarial no valor de R$ 40.872 (mil), com base no relatório do estudo a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A.	Conciliação da obrigação de benefício definido	31 dez 23	1 abril 23_ 30 jun 23	1 jan 23_ 31 mar 23	1 out 22_31 dez 22
1.	**Obrigação de Benefício Definido no início do ano**	**37.862.054**	**36.346.127**	**36.362.828**	**38.354.206**
2.	Custo do serviço corrente (parte patronal)	-	-	-	(4.437)
3.	Custo dos juros	1.617.565	843.641	847.425	857.014
4.	Contribuições de participantes do plano	-	-	-	4.437
5.	Benefícios pagos	(2.914.980)	(1.478.092)	(1.365.791)	(1.374.332)
6.	(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	1.870.445	224.177	(1.755.330)
	6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	*(22.472)*	-	*1.186.054*
	6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	*1.697.662*	*121.911*	*(886.028)*
	6.c. Ajustes de experiência	-	*195.255*	*102.266*	*(2.055.356)*
	6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
	6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7.	Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8.	Contribuições Extraordinárias Assistidos	557.421	279.933	277.488	281.270
9.	Emendas no plano	-	-	-	-
10.	Reduções	-	-	-	-
11.	Liquidações	-	-	-	-
12.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13.	**Obrigação de Benefício Definido no final do ano**	**37.122.060**	**37.862.054**	**36.346.127**	**36.362.828**

B.	Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção 31 dez 23	1 abril 23_ 30 jun 23	1 jan 23_ 31 mar 23	1 out 22_ 31 dez 22
1.	**Valor justo dos Ativos do plano no início do ano**	**(3.010.070)**	**(2.463.705)**	**(2.832.320)**	**(3.094.432)**
2.	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(1.011.716)	346.078	381.692
3.	Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	230.998	112.229	114.830	119.144
4.	Contribuições dos participantes	-	-	-	4.437
5.	Benefícios pagos (líquido)	(2.914.980)	(1.478.092)	(1.365.791)	(1.374.332)
6.	Receita dos juros	(117.406)	(58.092)	(68.076)	(71.381)
7.	Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8.	Contribuições Extraordinárias Assistidos	557.421	279.933	277.488	281.270
9.	Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF+RTSA)	2.314.626	1.410.109	860.953	718.022

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

10.	Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	512.716	199.264	203.133	203.260
11.	Emendas no plano	-	-	-	-
12.	Reduções	-	-	-	-
13.	Liquidações	-	-	-	-
14.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
15.	**Valor justo dos ativos do plano no final do ano**	**(2.426.695)**	**(3.010.070)**	**(2.463.705)**	**(2.832.320)**
	(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-	-

C.	**Montantes reconhecidos na demonstração de resultados**	**Projeção** 31/12/2023	1 abril 23_30 jun 23	1 jan 23_31 mar 23	1 out 22_31 dez 22
	Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício				
1.	Custo do serviço corrente (parte patronal)	-	-	-	(4.437)
2.	Custo líquido dos juros	1.734.971	901.733	915.501	928.395
	2.1 Custo dos juros da obrigação	1.617.565	843.641	847.425	857.014
	2.2 Receita de juros ativos	117.406	58.092	68.076	71.381
	2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-	-	-	-
3.	Custo do serviço passado	-	-	-	-
4.	Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-
5.	Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-
6.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
7.	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
8.	**Custo do benefício pós-emprego no período**	**1.734.971**	**901.733**	**915.501**	**923.958**
	Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)				
9.	**Custo total reconhecido em ORA no início do ano**	**6.027.201**	**3.145.040**	**3.266.941**	**5.403.963**
10.	Perdas (ganhos) atuariais	-	1.870.445	224.177	(1.755.330)
11.	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	1.011.716	(346.078)	(381.692)
12.	Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
13.	Efeito compartilhamento de riscos	-	-	-	-
14.	**Custo total reconhecido em ORA**	**6.027.201**	**6.027.201**	**3.145.040**	**3.266.941**
	(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos				

		Projeção			
D.	**Montantes reconhecidos no balanço**	31 dez 23	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	Valor presente das obrigações fundeadas	-	-	-	-
2.	Valor justo dos ativos do plano	(2.426.695)	(3.010.070)	(2.463.705)	(2.832.320)
3.	Excesso de cobertura	-	-	-	-
4.	Valor presente das obrigações não fundeadas	(37.122.060)	(37.862.054)	(36.346.127)	(36.362.828)
5.	Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6.	(Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5.	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6.	**(Passivo) / Ativo líquido inicial**	**(39.548.755)**	**(40.872.124)**	**(38.809.832)**	**(39.195.148)**
6.1.	Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	**26.818.947**	**27.156.263**	**27.362.379**	**27.263.773**
6.2.	Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	3.594.055	3.668.387	3.533.061	3.541.415
6.3.	Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias + RTSA	12.399.468	13.173.397	13.223.810	13.310.985
7	**(Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)**	**3.263.715**	**3.125.923**	**5.309.418**	**4.921.025**
7.1.	Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	-	-
7.2.	Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3.	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8.	**(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido**	**(39.548.755)**	**(40.872.124)**	**(38.809.832)**	**(39.195.148)**
	Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	**26.818.947**	**27.156.263**	**27.362.379**	**27.263.773**
9.	**(Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)**	**(12.729.808)**	**(13.715.861)**	**(11.447.453)**	**(11.931.375)**

(*) Considerando que os valores dos contratos estejam registrados no balanço da empresa

		Projeção			
D.1.	**Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)**	31 dez 23	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior**	-	-	-	-
2.	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual**	-	-	-	-
3.	Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	-	-	-	-
4.	Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	-	-	-	-
5.	Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-

6.	**Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA**	-	-	-	-
	(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos				

E.	Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção 31/12/2023	1 abril 23_30 jun 23	1 jan 23_31 mar 23	1 out 22_31 dez 22
1.	Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(40.872.124)	(38.809.832)	(39.195.148)	(41.448.638)
2.	Custo no período (Resultado do Exercício)	(1.734.971)	(901.733)	(915.501)	(923.958)
3.	Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	(2.882.161)	121.901	2.137.022
4.	Contribuições do empregador para o plano	3.058.340	1.721.602	1.178.916	1.040.426
5.	Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6.	Combinações de negócios	-	-	-	-
7.	Alienações do plano	-	-	-	-
8.	Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9.	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10.	Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	-	-	-
11.	Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(39.548.755)	(40.872.124)	(38.809.832)	(39.195.148)

17.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período está demonstrado a seguir:

I.	**Valor Justo dos Ativos do Plano**	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	**Principais Categorias de Ativos (%)**			
1.a	Disponível	0,000%	0,000%	0,000%
1.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**83,722%**	**84,915%**	**85,516%**
	Contribuições Contratadas	79,610%	80,355%	81,114%
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,113%	4,559%	4,402%
1.c	Títulos Públicos	0,000%	0,000%	0,000%
1.d	Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%
1.e	Ações	2,060%	2,366%	2,556%
1.f	**Fundos de Investimentos**	**2,208%**	**0,589%**	**0,782%**
	Renda Fixa	N/D	N/D	N/D
	Imobiliário	N/D	N/D	N/D
1.g	Investimentos Imobiliários	6,24%	6,26%	5,82%
1.h	Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%

1.i	**Precatório - FND**	**5,71%**	**5,82%**	**5,28%**
1.j	Outros - Depósitos Judiciários	0,05%	0,05%	0,05%
	Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
2.	**Principais Categorias de Ativos (montante)**			
2.a	Disponível	-	-	-
2.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**34.230.414**	**34.617.274**	**34.640.519**
	Contribuições Contratadas	32.548.948	32.758.507	32.857.486
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	1.681.466	1.858.767	1.783.033
2.C	Títulos Públicos	-	-	-
2.d	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e	Ações	842.148	964.396	1.035.321
2.f	**Fundos de Investimentos**	**902.789**	**239.917**	**316.588**
	Renda Fixa	N/D	N/D	N/D
	Imobiliário	N/D	N/D	N/D
2.g	Investimentos Imobiliários	2.552.850	2.552.842	2.356.216
2.h	Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i	**Precatório - FND**	**2.336.306**	**2.371.556**	**2.137.926**
2.j	Outros - Depósitos Judiciários	21.129	21.129	21.129
	Total Ativo	**40.885.636**	**40.767.114**	**40.507.699**
(+)	Ajuste Valor de Mercado	-	-	-
(-)	Contribuições Contratadas	(32.548.948)	(32.758.507)	(32.857.486)
(-)	Contribuições em atraso	(24.676)	(158.707)	(67.479)
(-)	Uso Próprio	N/D	N/D	N/D
(-)	Exigível Operacional	(489.710)	(35.786)	(139.410)
(-)	Exigível Contingencial	(243.762)	(241.229)	(274.268)
(-)	Fundo Previdencial	(9.108.733)	(8.488.494)	(8.520.130)
(-)	Fundo de Investimento	-	-	-
(-)	Fundo administrativo	(1.551.422)	(1.514.682)	(1.539.912)
	Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - inicial	**(3.081.615)**	**(2.430.291)**	**(2.890.986)**
	Rentabilidade referente ao período projetado	(24.027)	(19.053)	(21.724)
	Saldo Previdencial referente ao período projetado	95.572	(14.361)	80.390
	Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	**(3.010.070)**	**(2.463.705)**	**(2.832.320)**

17.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F.	**Premissas adotadas (final do ano)**	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	Taxa de desconto (nominal)	9,010%	9,768%	9,824%
2.	Retorno esperado dos ativos do plano	9,010%	9,768%	9,824%
3.	Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4.	Reajuste nominal do benefício	**-3,50%**	**-3,50%**	**-3,50%**
5.	Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A

G.	**Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano**	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	Data efetiva	30 nov 22	30 nov 22	30 nov 22
2.	Participantes ativos (passivo principal)	4	4	4
3.	Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	223	223	223
	3.a. Aposentados	130	130	130
	3.b. Pensionistas	93	93	93
4.	Número total de participantes	227	227	227

H.	**Período de amortização**	30 jun 23	31 mar 23	31 dez 22
1.	Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00
2.	*Duration* da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,09	7,09	7,07

K.	**Projeção do fluxo de caixa**	**Projeção** 31/12/2023	1 abril 23_30 jun 23	1 jan 23_31 mar 23	1 out 22_31 dez 22
1.	Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	2.914.980	1.478.092	1.365.791	1.374.332
2.	Contribuições esperadas do empregador - paridade	230.998	112.229	114.830	119.144
3.	Contribuições esperadas dos participantes	-	-	-	4.437
4.	Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	557.421	279.933	277.488	281.270
5.	Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	512.716	199.264	203.133	203.260
6.	Contribuições esperadas do empregador - TCF + RTSA	2.314.626	1.410.109	860.953	718.022

Legenda: N/A - Não Aplicável -
N/D - Não Disponível

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	30/06/2023	31/12/2022
PORTUS – Termo de Compromisso	1.769	1.682
PORTUS – Termo de Compromisso - LP	25.388	25.581
PORTUS – Passivo Atuarial	13.715	11.932
TOTAL	**40.872**	**39.195**

18.PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 30 de junho de 2023.

PROVISÕES	30/06/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	1.349	1.636
Provisão de Encargos Férias	444	568
Provisão 13º Salário	581	0
Provisão de Encargos 13º Salário	204	0
TOTAL	**2.578**	**2.204**

19.CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

CREDORES DIVERSOS	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos Caucionados	283	283
Credores Diversos **Nota 19.a)**	1.552	1.820
Credores Diversos - IPTU **Nota 19.b)**	1.653	1.652
Credores Diversos - Aforamento	1.174	1.174
TOTAL	**4.662**	**4.929**

a) **Créditos diversos**

Do montante de R$ 1.552 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R$ 244 (mil), refere-se ao recebimento não integral de valores provenientes de contas a receber, os quais não foram baixados nos meses de recebimento e que serão liquidados quando do complemento pelos clientes.

b) Credores Diversos - IPTU

O valor de R$ 1.653 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. **(Vide nota explicativa 9 c)**.
Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de ressarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação.
No 2º trimestre de 2023, foi contabilizado rendimentos aplicação no valor de $ 1 (mil).

20. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	30/06/2023	31/12/2022
CVT Portuário	14	14
TOTAL	**14**	**14**

No que tange ao Convênio CVT Portuário, informa-se que, a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI. Quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos no Convênio, por meio da manifestação constante no Despacho nº 348/2022/DGMP/SNPTA, de 04 de outubro de 2022, emitido pelo Depatartamento de Gestão e Mordenização Portuária (DGMP), Processo SEI nº. 50900.000751/2022-74, este assim se manifestou:

a) Quanto à regularização da edificação, uma vez que foi realizada em imóvel da União, a orientação já apresentada pela CGGI no Despacho nº 63/2022/CGPI-SNPTA/CGGI-SNPTA/DGMP/SNPTA e discutida junto à CDC (s.m.j), é medida suficiente e adequada à solução pretendida;
b) Quanto aos bens móveis, foi sugerido o levantamento do inventário, a incorporação ao acervo patrimonial deste Ministério e, por fim, que seja promovida comissão para avaliação e desfazimento dos bens. Nesta última etapa, poderá ser sugerida a destinação mais adequada, conforma a legislação pertinente.

O processo foi encaminhado para COADMI da CDC, em 25/10/2022, através do Despacho DIAFIN-CDC, para conhecimento e providências.

.

21. AÇÕES JUDICIAIS

No 2º trimestre de 2023, as ações judiciais apresentaram uma redução de 11,65%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	30/06/2023	31/12/2022
Ações Cíveis (Estaduais) **Vide 21.a)**	28	28
Ações Federais **Vide 21.b)**	283	324
Ações Tributárias **Vide 21.b)**	-	0
TOTAL	**311**	**352**

Destaca-se que os saldos refletem a posição de 30/06/2023, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 2º trimestre de 2023. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 - POSSÍVEL, 3 - REMOTA).
Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c).**

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

No que tange às ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de junho de 2023. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	12	1	7.308
	9	2	22.297
	17	3	602
TOTAL GERAL	**38**		**30.207**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	1	1	28
	1	2	48
	7	3	10.287
TOTAL GERAL	**9**		**10.363**

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, encontra-se registrado o montante de R$ 28 (mil), cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.
Do montante de ações estaduais, em que a CDC figura no polo ativo, consta o processo nº 0189190-44.2017.8.06.0001, no valor de R$ 21.782 (mil), em que foi deferido um despacho favorável intimando a parte executada para pagar voluntariamente a dívida, cujo prognóstico é possível de êxito.

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

No que tange às ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figura como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de junho de 2023, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	25	1	99.329
	26	2	1.731
	27	3	1.609
TOTAL GERAL	**78**		**102.669**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	5	1	283
	10	2	7.238
	19	3	1.550.659
TOTAL GERAL	**34**		**1.558.180**

Do montante de R$ 283 (mil) registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, destacam-se valores de R$ 123 (mil) referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000 (PACONOL) e R$ 118 (mil) referente ao processo judicial nº 0808143-15.2020.4.05.8100 (Gertece Engenharia Ltda).

Não foi provisionado o montante aproximado de R$ 7.238 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R$ 1.550.659 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda, refere-se, primordialmente, à Ação de Cobrança ajuizada pelo PORTUS, processo nº. 0506373-93.2015.4.02.5101, referente à contribuições extraordinárias devidas pelas patrocinadoras-RTSA.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

No que se tange às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. **(Vide Nota Explicativa 14)**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	29	1	3.410
	23	2	4.956
	7	3	2.655
TOTAL GERAL	**59**		**11.021**

22. RECEITAS DIFERIDAS

Em 13/08/2021 ocorreu a Sessão Pública do Leilão e abertura das Propostas pelo Arrendamento das Proponentes, a partir das 10h, na Bolsa de Valores (B3), na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro - São Paulo/SP, com objetivo do arrendamento de instalação portuária localizada no Porto Organizado do Mucuripe/CE, denominada área MUC01, conforme consubstanciado no Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, constante no processo SEI nº 50300.008236/2020-30.

Referido arrendamento vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com possibilidade de prorrogação contratual, nos termos da Cláusula 3 da Minuta do Contrato de Arrendamento, a critério do Poder Concedente, conforme estipulado no edital.

A TERGRAN - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda, foi a empresa vencedora do Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, ocorrido na Bolsa de Valores (B3), em 13 de agosto de 2021, mediante proposta de arrendamento (valor da outorga em reais a ser pago à autoridade portuária), conforme aviso de homologação e adjudicação.

Na seção I – Das Obrigações Prévias à celebração do contrato, item 27.2.10 do edital, a vencedora deverá depositar o valor de R$ 8.261 (mil) em 03/01/2022, com objetivo de liquidar o pagamento pela execução de obras de melhorias na área do Porto Organizado, a ser conduzida pela Administração do Porto.

No 2º trimestre de 2023, foi recebido o valor de R$ 10 (mil) referente a outorga conforme contrato.

a) Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	30/06/2023	31/12/2022
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	40	40
Total	**40**	**40**

b) **Não Circulante**

RECEITAS DIFERIDAS	30/06/2023	31/12/2022
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	940	960
Tergran - Investimento de melhorias área MUC 01	8.261	8.261
Total	**9.201**	**9.221**

23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê recursos para investimentos, no Porto e consequente aumento de capital. Tais recursos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 30 de junho de 2023, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	30/06/2023	31/12/2022
NÃO CIRCULANTE	**4.952**	**4.653**
GOVERNO FEDERAL	4.951	4.652
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.411**	**6.411**
GOVERNO FEDERAL	6.411	6.411
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	-
TOTAL GERAL	**11.363**	**11.064**

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R$ 4.951 (mil) registrados, R$ 151 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 2º trimestre de 2023.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies

nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 30 de junho de 2023, encontra-se assim distribuído:

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
TOTAL	**36.448.641.087**	**100,00%**	**334.150.824,37**

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

b) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembleia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. O saldo atualizado, até 30 de junho de 2023, totalizou um montante de R$ 1.876 (mil), após atualização monetária de aproximadamente R$ 57 (mil), durante o trimestre. A atualização da Reserva Especial é feita pela taxa SELIC.

Fator Acumulado SELIC de 01/07/2015 a 30/06/2023: 1,940137877
Fator Acumulado SELIC de 01/01/2023 a 30/06/2023: 1,064444835[3]

[3] Fatores acumulados. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicfatoresacumulados. Acesso em: 11 ago. 2023.

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O estudo atuarial referente ao plano de benefício, definido PBP1, apontou um passivo líquido a ser reconhecido em 30 de junho de 2023, de R$ 40.872 (mil). Conforme linha e.4 do quadro informado na **Nota Explicativa 17.b**, no 2º trimestre de 2023 o valor de R$ 1.722 (mil), refere-se ao montante de contribuições do empregador para o plano, o qual foi revertido para ajustes de exercícios anteriores.

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R$ 5.771 (mil), relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. No 2º trim/2023, houve a variação de R$ 2.881 (mil), resultado da diferença entre o 2º trim/2023 e o 1° trim/2023, constante na linha c.14 do quadro informado na **Nota Explicativa 17.b)**.

e) PREJUIZO DO 2º TRIMESTRE DE 2023

O resultado econômico acumulado teve uma variação de -63,92%, haja vista que no 2º trim/2022 o valor era um prejuízo de R$ 2.419 (mil), reduzindo no 2º trim/2023 para um prejuízo de R$ 873 (mil), impactado positivamente pelo aumento das receitas financeiras e pelo aumento das receitas operacionais

.

f) PREJUÍZOS ACUMULADOS

O saldo, em 30 de junho de 2023, de PREJUÍZOS ACUMULADOS, ver DMPL, é de R$ 16.566 mil), conforme evidenciado a seguir e está demonstrado em R$ (mil):

Composição	Saldo R$ (mil)
Saldo Inicial de 2022	-17.769
Prejuízo do 1º trimestre de 2023	-825
Prejuízo do 2º trimestre de 2023	-873
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.901
Total	**-16.566**

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos. (**Vide Nota 20**)

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**26.948**	**15.084**	**78,65%**	**45.389**	**29.915**	51,73%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	4.698	4.536	3,57%	9.715	9.006	7,87%
Utilização das Instalações de Acostagem	958	715	33,99%	1.870	1.453	28,70%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	7.658	6.275	22,04%	15.394	12.299	25,16%
Serviços de Armazenagem	10.136	596	1600,67%	11.451	923	1140,63%
Serviços Diversos	3.498	2.962	18,10%	6.959	6.234	11,63%
(-) Cancelamentos de Serviços	-104	-50	108,00%	-133	-50	166,00%
(-) Impostos Incidentes	-2.911	-1.657	75,68%	-4.923	-3.529	39,50%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**23.933**	**13.377**	78,91%	**40.333**	**26.336**	**53,15%**

A Receita Operacional Líquida apresentou um acréscimo de 78,91%, no 2º trimestre de 2023, quando comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior. Referido acréscimo justifica-se pelo reajuste tarifário e pela nova tarifa de cobrança de serviços de scanner. Destacamos nos serviços de armazenagem, a emissão da fatura nº 139144 no valor de R$ 8.894 (mil), referente ao processo SEI nº 50900.001474/2022-17.

27.CUSTOS

CUSTOS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	2.623	2.615	0,31%	5.277	5.207	1,34%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	3.339	2.559	30,48%	6.925	4.637	49,34%
Materiais Gastos nas Operações	13	10	30,00%	25	16	56,25%
Custos Gerais	4.426	4.778	-7,37%	9.389	9.425	-0,38%
Total	**10.401**	**9.962**	**4,41%**	**21.616**	**19.285**	**12,09%**

No 2º trimestre de 2023, os Custos apresentaram um aumento de 4,41%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior, justificado, pelo incremento nos serviços prestados de Manutenção Elétrica e Mecânica.

Na conta de custos gerais, mesmo tendo havido redução, os valores mais relevantes são oriundos de energia elétrica e Depreciação, R$ 1.278 (mil) e R$ 2.673, respectivamente.

28.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	3.578	3.346	6,93%	7.076	6.489	9,06%
Serviços Prestados - Pessoa Física	87	99	-12,12%	189	201	-5,97%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	2.885	1.565	84,35%	5.576	3.426	62,76%
Despesas com Materiais	52	32	62,50%	88	56	57,14%
Despesas Gerais	9.602	1.593	502,76%	11.232	3.076	265,15%
Total	**16.204**	**6.635**	**144,22%**	**24.161**	**13.247**	**82,39%**

No 2º trimestre de 2023, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 144,22%, verificada principalmente em Despesas Gerais, quando comparados ao 2º trimestre do exercício anterior, justificada, pela provisão na conta multas e auto de infração no valor de R$ 7.998, referentes a adesão a Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal-PRLF. **(Vide nota nº 15).**

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 2º trimestre de 2023, apresentaram um acréscimo de 58,22%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	3.817	2.420	57,73%	6.340	4.196	51,10%
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em Exercícios Anteriores	0	0	100,00%	0	34	-100,00%
Receitas Eventuais	2	0	0,00%	5	1	400,00%
Rec de Despesas exerc Anterior	0	0	0,00%	0	10	-100,00%
Receita de Outorga	10	0	0,00%	20	0	0,00%
Ganhos e perdas de capital	0	0	0,00%	0	321	100,00%
Atualiz. Proc nº 0011097-11.2007.8.06.0001 (IPTU 2002_2006)	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Processo nº.0822859-81.2019.4.05.8100	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Processo nº. 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Reversão provisão Ações judiciais	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Reversão prov Ações jud redução ao valor recuperável	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Total	**3.829**	**2.420**	**58,22%**	**6.365**	**4.561**	**39,55%**

As outras despesas operacionais, no 2º trimestre de 2023, sofreram um acréscimo de 111,92%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2022, justificado, principalmente, pelo aumento das provisões de reclamações trabalhistas, despesas com duplicatas incobráveis e da provisão para perdas com créditos para liquidação duvidosa.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	588	64	818,75%	747	324	130,56%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistidos	866	915	-5,36%	1.745	2.053	-15,00%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	200	212	-5,66%	336	356	-5,88%
Débitos Incobráveis	587	0	0,00%	586	0	0,00%
Impostos Diferidos	0	0	0,00%	0	0	100,00%
Provisão de Créditos para liquidação duvidosa	283	0	100,00%	242	0	100,00%
Total	**2.524**	**1.191**	**111,92%**	**3.656**	**2.733**	**33,72%**

-Reclamaçõestrabalhista:

Processo nº 000217-61.2021.5.07.0010 R$ 104(mil);

Processo nº. 000110-04.2022.5.07.0003 R$ 443(mil).

-Baixa de débitos incobráveis, conforme art.9º da Lei 9.430/96. R$ 587 (mil)

-PECLD, conforme Relatorio de Cobrança junho/2023 R$ 283 (mil).

30.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 2º trimestre de 2023, verificou-se um aumento das receitas financeiras, em um percentual de 74,94% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nos rendimentos de aplicação financeira e juros cobrados de usuários.

RECEITAS FINANCEIRAS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Juros s/Atualiz de Demais Direitos de Crédito	2	0	0,00%	2	251	100,00%
Juros de Usuários	63	38	65,79%	182	72	152,78%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	1.470	822	78,83%	2.843	1.532	85,57%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	19	10	0,00%	40	10	300,00%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	26	35	-25,71%	107	83	27,38%
Rendimentos em Titulos Publicos	3	0	0,00%	1	1	0,00%
Descontos Obtidos	0	0	0,00%	0	1	-100,00%
Total	**1.583**	**905**	**74,94%**	**3.175**	**1.951**	**62,74%**

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no 2º trimestre de 2023, verificou-se uma redução nas despesas financeiras em um percentual de 18,30%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2022, sendo mais expressiva, as despesas com variações monetárias.

DESPESAS FINANCEIRAS	2º trim 2023	2º trim 2022	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Jun 2023	Acumulado Jan a Jun 2022	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	797	804	-0,87%	1.637	1.586	3,22%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Despesas Bancárias diversas	5	4	66,67%	8	8	0,00%
Despesas de Variações Monetárias	287	526	-45,44%	493	1.849	-73,34%
Perdas em Aplicações Financeiras	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Total	**1.089**	**1.334**	**-18,30%**	**2.138**	**3.443**	**-37,90%**

31.COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.

32.REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução CGPAR/ME Nº 30, de 04 de agosto de 2022, seguem as remunerações mensais (Base: junho/2023), pagas pela empresa aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, abaixo demonstradas:

REMUNERAÇÃO	30/06/2023	31/12/2022
CONSELHEIROS		
Remuneração Média	3	3
DIRETORES		
Maior Remuneração	29	43
Remuneração Média	28	34
Menor Remuneração	27	25
EMPREGADOS		
Quantidade de Empregados	109	112
Maior Remuneração	20	25
Remuneração Média	10	14
Menor Remuneração	3	3
EMPREGADOS -BENEFÍCIOS		
Valor médio global	46	44

33.PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da Companhia, independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando

pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito aos prazos, preços e garantias.
Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	26.948
FATURAMENTO PETROBRAS	3.812
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	14,15%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como, também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	26.948
FATURAMENTO OGMO	16
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,06%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 27)**	3.339
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	767
PARTIC. DO OGMO	22,97%

c)Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 28)**	2.885
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	222
PARTIC. DA EBC	7,69%

a) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.[4]

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
DESPESAS GERAIS **(Vide Nota 28)**	2.885
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	0,4
PARTIC. DA ECT	0,01%

[4] Estatuto Social dos Correios. Disponível em: https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios.Acesso em: 21 out. 2021.

b) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPA. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.[5]

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 2º trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	26.948
FATURAMENTO ANTAQ	4
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,01%

c) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por inermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.[6]

[5] Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências.** Brasília, 10 mai. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 11 mai. 2023.
[6] Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional.** Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional. Acesso em: 11 ago. 2023.

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no 2º Trimestre de 2023, em milhares de reais.

	30/06/2023
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	26.948
FATURAMENTO ANVISA	14
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC	0,05%

ANTONIO ERINALDO FREIRE MALVEIRA:38610566315 Assinado de forma digital por ANTONIO ERINALDO FREIRE MALVEIRA:38610566315 Dados: 2023.08.25 17:08:41 -03'00'

Lúcio Ferreira Gomes
Diretor Presidente em Exercício
Companhia Docas do Ceará
CPF: 122.174.173-04

Antônio Erinaldo Freire Malveira
Contador
Companhia Docas do Ceará
CRC CE-014871/O-2
CPF: 386.105.663-15